CONSELHOS MUNICIPAIS DE OSASCO

Conselho Municipal de Saúde
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DA SAÚDE

RESOLUÇÃO CMS 330 de 22 de outubro de 2026.

O Conselho Municipal de Saúde de Osasco, com base em suas atribuições conferidas pela Lei nº. 3969/05, em sua Reunião Ordinária Nº 367 realizada no dia 22 de outubro de 2026.

RESOLVE:

- **Aprovar:** Apresentação da Prestação de Contas e Renovação do Convênio do GOAS – Grupo de Orientação e Assistência à Saúde
- **Aprovar:** Ata da Reunião Extraordinária n°227 de 10 de setembro de 2026.

ATA DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OSASCO DO DIA DEZ DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. Ao décimo dia do mês de setembro do ano de Dois Mil e Vinte e Seis, às nove horas, na sede do Conselho Municipal de Saúde de Osasco, sito à Avenida João Batista, 480. Térreo, Sala 9 – Centro – Osasco – SP. O Secretário de Saúde, Fernando, assumiu provisoriamente a condução dos trabalhos da mesa, a fim de realizar a transição referente à eleição da Presidência, presidindo-a temporariamente até a realização da votação. Em seguida, procedeu à leitura do texto de convocação.**1º Ponto de Pauta:** Eleição para presidente do CMS. **2º Ponto de Pauta:** Votação e aprovação da Ata Reunião Ordinária 365ª .**3º Ponto de Pauta:** Apresentação e Prestação de Contas da AACD.**4º Ponto de Pauta:** Informes. Passamos para o **1º Ponto de Pauta:** o Secretário de Saúde, Fernando, consultou o plenário e os membros da mesa sobre a apresentação de candidaturas para o cargo. Diante da ausência de novos candidatos ou manifestações de interesse, o Secretário de Saúde, Fernando, informou que seria encaminhada a recondução da senhorita Edna Brasil ao cargo de presidente. Submeteu a recondução à votação do plenário por elevação de mãos, registrando-se a aprovação por unanimidade dos votos dos conselheiros presentes. Em seguida, parabenizou a presidente reconduzida, expressou sua satisfação em conduzir o ato de transição e transmitiu-lhe a condução da mesa. A Presidente determinou a recondução da Secretária Executiva Rejane para o exercício de suas funções e convocou os conselheiros suplentes André e Fabiana para assumirem as vacâncias existentes e comporem a Mesa Diretora. A presidente Edna Brasil informou ao plenário que havia um ponto de pauta adicional que não constava na convocação original, ressaltando que o tema havia sido comunicado no grupo de WhatsApp dos conselheiros com 24 horas de antecedência. Explicou que a matéria atendia a uma exigência da Controladoria Geral do Município (CGM) e, por se tratar de assunto breve que demandava votação, sugeriu sua apreciação no início da reunião, mediante inversão da pauta. **2º Ponto de Pauta: Apreciação do Aditamento para a Reforma do Telhado da AMME:** A conselheira Suzete informou que, embora o contrato e convênio com a AMME já tivessem aprovação anterior do colegiado, a CGM passou a exigir a apresentação ao Conselho de qualquer aditamento contratual que implique acréscimo de valor e detalhamento de finalidade. A apresentação do projeto de reforma do telhado do equipamento de saúde da AMME no Vila dos Remédios foi realizada em tela. Foi citado o valor global do aditamento de R$ 484.212,34. Detalhou-se que o prédio possui 50 anos de construção e atende um cadastro de mais de 400 usuários no Centro de Fisioterapia e Saúde (CFS) com deficiências físicas e intelectuais. O laudo técnico apresentou diagnóstico de vazamentos generalizados, degradação e queda de forros em oficinas terapêuticas, oxidação de telhas de zinco, danos em vigas de madeira e comprometimento de calhas, justificando a urgência por razões de segurança física, insalubridade decorrente de bolor e prejuízos ao atendimento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O escopo compreende desmontagem do telhado, substituição integral por telhas novas, reforço da estrutura de madeira, instalação de manta

térmica em 100% da área, troca de calhas, impermeabilização e emissão de relatórios sob responsabilidade da engenharia e da coordenadora técnica, com prazo de execução de 4 meses. O conselheiro Michel questionou sobre a previsão de início das obras após a deliberação do Conselho, apontando a criticidade da situação. Foi informado que o plano de trabalho se encontrava inserido no portal; a conselheira Suzete estimou o início das intervenções em no máximo 45 dias após a aprovação, a ser realizado pela empresa contratada. A conselheira Fabiana questionou se durante o período de 4 meses de reforma os atendimentos aos pacientes seriam interrompidos no local. A conselheira Suzete respondeu que os atendimentos não seriam suspensos, sendo executados de forma faseada e simultânea à obra. O aditamento para a reforma do telhado da AMME foi submetido à votação e foi aprovado por **unanimidade.** Passamos para o **3º Ponto de Pauta: Votação e aprovação da Ata da Reunião Ordinária 365ª**. A presidente Edna Brasil apresentou para deliberação a Ata da Reunião Ordinária 365ª, informando que o documento foi disponibilizado previamente para leitura de todos. Foi informado que o texto original recebeu a correção formal solicitada previamente pela conselheira Andréa, a qual já se encontrava devidamente inserida na versão final. A Ata foi colocada em votação e declarada aprovada **por unanimidade** dos conselheiros presentes. Passamos para o **4º Ponto de Pauta: Apresentação e Prestação de Contas da AACD**. A apresentadora Adriana declarou sua satisfação em estar presente em mais um ano em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Osasco, trabalhando para trazer qualidade na assistência aos pacientes com mobilidade reduzida. Ela registrou a alteração na terminologia adotada no planejamento estratégico da instituição, que deixou de utilizar a expressão deficiente físico para adotar mobilidade reduzida. Informou que a prestação de contas abrange os dados acumulados de outubro de 2025 a julho de 2026, visto que não foi possível fechar os números de agosto de 2026 a tempo. Apresentou a identidade institucional da AACD, cuja causa é "vida é movimento", a crença de convivência com as diferenças, o propósito de trabalhar para que as pessoas com deficiência atinjam seu máximo potencial e os princípios fundamentados em ética, excelência, superação, autonomia, dedicação e alegria. Apresentou a presença nacional da AACD em 7 unidades distribuídas por 5 estados, sendo a central em São Paulo no Ibirapuera fundada em 1950, Mooca em 1972, Recife em Pernambuco em 1999, Porto Alegre no Rio Grande do Sul em 2000, Uberlândia em Minas Gerais em 2021, Osasco em São Paulo em 2003 e Mogi das Cruzes em São Paulo em 2011. Destacou que a unidade de Osasco é uma instituição privada, sem fins lucrativos, que completou 23 anos em 2026 no município, tendo sido construída em 2002 com recursos do Teleton em um terreno de 14.000 m², possuindo 5.300 m² de área construída. Detalhou a estrutura de atendimento composta pelo Centro de Reabilitação e pela Oficina Ortopédica, responsável pela produção e dispensação de órteses, próteses, peças pré-fabricadas e materiais especiais (OPM). Esclareceu que desde a implantação da regulação em 2015 o atendimento deixou de ser de porta aberta, passando a ser regulado para 14 municípios mais Osasco nas regiões Rota dos Bandeirantes e Mananciais. No Centro de Reabilitação, apresentou a distribuição dos atendimentos por município: Osasco com 61%, Carapicuíba com 11%, Jandira com 5.10%, Itapevi com 4,39%, Cotia com 3.8% e outros com 14%. Na Oficina Ortopédica, apresentou a dispensação de produtos: Osasco com 41.59%, Carapicuíba com 12,80%, Jandira com 4,67%, Itapevi com 4,6%, Cotia com 4,58% e outros com 31.74%. Explicou que a destinação de vagas é estabelecida pela Diretoria Regional de Saúde (DRS) com base na população dos municípios de abrangência. Detalhou o fluxo de regulação dos 15 municípios, em que a unidade básica de saúde envia e-mail à central de regulação municipal para consultar a AACD sobre a elegibilidade do paciente, e após a confirmação a DRS disponibiliza a vaga no sistema SESP ou CROSS para agendamento. Enfatizou que esse fluxo evita perdas de tempo e deslocamentos de pacientes não elegíveis. A conselheira Giovana realizou uma intervenção

para destacar a evolução histórica do fluxo de atendimento, afirmando que antigamente os pacientes deslocavam-se diretamente à unidade gastando condução sem saberem se eram elegíveis, e que a mudança construída em conjunto permitiu a pré-avaliação por e-mail, evitando o deslocamento inútil de usuários. A apresentadora Adriana confirmou e afirmou que o formato adotado representa um ganho e uma referência dentro da AACD.A apresentadora complementou que em São Paulo o volume de e-mails inviabilizaria essa sistemática, sendo fundamental o preparo das equipes das unidades básicas de saúde. Detalhou a parceria mantida com a Secretaria Municipal de Saúde de Osasco através de dois convênios ativos: o Convênio SUS com repasse por produção no teto mensal de R$389.000,00 e limite de R$4.600.000,00 no ano, somado ao repasse fixo mensal de R$73.000,00 de incentivo federal a oficinas ortopédicas e de R$12.000,00 a R$13.000,00 para manutenção de OPM, totalizando o teto global de R$5.714.701,08 em 12 meses. Apresentou também o Convênio de Subvenção no valor fixo mensal de R$50.000,00 mensais (R$600.000,00 anuais) para reduzir o déficit provocado pela defasagem da tabela SUS. Apresentou os dados acumulados de outubro de 2025 a julho de 2026: o Centro de Reabilitação realizou 40.907 atendimentos faturados com faturamento de R$811.000,00, média de 4.093 atendimentos e R$81.111,54 por mês; a Oficina Ortopédica dispensou 3.895 produtos com faturamento de R$2.630.965,14; o faturamento total acumulado somou R$3.844.080,51 nos 10 meses média mensal de R$384.000,00, atingindo 80% do teto máximo de R$389.000,00. Destacou a pontualidade da prefeitura de Osasco na quitação dos pagamentos sem atrasos, lembrando a quitação de 8 meses em atraso ocorrida no início de sua gestão há 9 a 10 anos. Explicou que o total de atendimentos realizados foi de 57.245, mas apenas 40.907 puderam ser faturados devido à regra do SUS que limita a 1 atendimento por dia/turno, no valor de R$ 21,69 por turno de alta complexidade, ou ao teto de 20 atendimentos mensais por paciente, gerando cerca de 16.000 atendimentos não faturados nos 10 meses. Apontou que o repasse médio por atendimento faturado foi de R$ 19,81, enquanto o custo real unitário na unidade de Osasco é de R$ 99,72, gerando uma despesa não faturada de aproximadamente R$ 1.629.000,00. Informou ainda que, nos atendimentos faturados, o custo foi de aproximadamente R$ 4 milhões, frente ao faturamento de R$ 811.000,00, resultando em déficit de aproximadamente R$ 3 milhões e, somados os atendimentos não faturados, em déficit total de aproximadamente R$ 4.897.000,00 no período. Demonstração do cumprimento das metas quantitativas no 1º quadrimestre - 102% no CR e 90% na AOPM, e no 2º quadrimestre ,111% no CR e 94% na AOPM, além das metas qualitativas de treinamentos EAD - 17 em outubro, 17 em novembro, 20 em dezembro, 15 em janeiro, 15 em fevereiro, 8 em março, 15 em abril e 3 em maio. Apresentou o atingimento das metas financeiras no 1º quadrimestre 101% no CR e 76% na AOPM e no 2º quadrimestre 110% no CR e 85% na AOPM, respeitando a margem máxima de desvio de 70%. Registrou a aprovação de 100% na pesquisa de satisfação em 413 respostas e NPS de 89.40%, superando a meta de 80%, com mais de 90% dos retornos obtidos por SMS. Reportou as ações humanizadas realizadas: festa de Natal em dezembro, Carnaval, homenagem ao Dia das Mulheres, Esquenta Junino para captação de recursos, comemoração do aniversário da unidade, transmissão do 4º jogo da Copa em telão e aplicação da Metodologia do Brincar nas terapias. Relatou as reformas de infraestrutura executadas na fachada, calçada, áreas internas do Centro de Reabilitação, sanitários e trocadores de pacientes, saguão principal, vestiários dos colaboradores, fechamento da sala de máquinas e pintura da oficina ortopédica. Apresentou a aquisição de laser terapêutico, testes psicológicos, equipamentos de TO, ferramentas para a oficina e a implantação de musicoterapia com isolamento acústico em sala específica custeada pela instituição. Explicou o avanço tecnológico na confecção de órteses e próteses com escaneamento 3D, integração com o sistema Canfit e usinagem de blocos de espuma PU em CNC, mencionando a doação de impressora 3D e CNC pela Igreja dos

Mórmons e a concorrência com Uberlândia pelo recebimento do maquinário. Informou a contratação de 4 profissionais na oficina ortopédica e o desenvolvimento de 2 trainees de 18 e 19 anos pelo Projeto Trainee para suprir a escassez de técnicos ortopédicos e contornar a perda de fonoaudiólogos para clínicas privadas. Apresentou a proposta de renovação dos convênios para 2027: renovação do Convênio SUS por 12 meses mantendo a FPO com 3.000 atendimentos mensais no CR R$72.000,00 e 470 produtos mensais na Oficina R$317.000,00, no teto mensal de R$389.000,00 e repasses mensais de R$73.000,00 e R$13.000,00; e renovação do Convênio de Subvenção no valor mensal de R$50.000,00 (R$600.000,00 anuais) para despesas de controle de acesso, monitoramento e assistência médica. Expôs o ofício de solicitação de reajuste da subvenção protocolado na Secretaria de Saúde, demonstrando que a média de 4.091 atendimentos mensais gera repasse de R$81.000,00/mês (R$973.000,00/ano), enquanto o custo real a R$99,72 por atendimento atinge R$407.000,00/mês (R$4.800.000,00/ano), resultando em déficit mensal de R$326.000,00. Apontou que os 60% de munícipes de Osasco representam R$197.000,00 de déficit mensal, e deduzindo a subvenção de R$50.000,00 resta um déficit líquido de R$147.000,00 mensais (R$1.700.000,00 anuais para o CR Osasco). Na Oficina Ortopédica, indicou o repasse médio de R$674,00 por produto frente ao custo real de R$894,00, perda de R$219,00 ou 32%, mencionando a prática de repasses suplementares em Porto Alegre e Uberlândia. Esclareceu que emendas parlamentares estaduais, federais e municipais não podem custear a folha de pagamento, que consome 84% das despesas totais, sendo direcionadas exclusivamente a investimentos físicos e equipamentos. Adriana apresentou o relatório integrado da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), detalhando o histórico das ações, atendimentos, parcerias da unidade de Osasco e a captação de doações. Relatou a relevância da parceria com a campanha do Teleton, pontuando a projeção da unidade de Osasco de encerrar o exercício de 2026 com um déficit de R$6.800.000,00. Esclareceu que a arrecadação de 38 milhões do Teleton é destinada à manutenção de todas as unidades da instituição. Explicou que, à exceção do hospital localizado no Ibirapuera, os centros de reabilitação possuem operação deficitária em razão dos valores fixados na Tabela SUS. Citou como exemplos a remuneração de R$ 10 por consulta médica e de R$21,69 por atendimento prestado por fisioterapeutas ou terapeutas ocupacionais especialistas. A conselheira Suzete abordou a restrição regulatória do SUS que impede o faturamento de mais de um atendimento diário por paciente. A conselheira Giovana interveio para pontuar que a limitação decorre da regra de pagamento fixada por turno. Adriana respondeu que a AACD protocolou um ofício junto ao Ministério da Saúde solicitando a alteração na redação da normativa sobre o limite de um turno por dia. Ela complementou que o teto de 20 atendimentos mensais por paciente poderia ser preservado, permitindo, contudo, a realização de dois atendimentos no mesmo dia para mitigar os custos e dificuldades de transporte impostos aos pacientes e municípios. Informou também que a Tabela SUS em vigor foi estabelecida em 2008. A conselheira Giovana questionou se a Tabela SUS repassa o mesmo valor para a aquisição de cadeiras de rodas e qual o montante repassado para o modelo motorizado. Adriana respondeu que o valor de repasse do SUS para a cadeira motorizada é de aproximadamente R$5.000,00. Explicou que a AACD mantém uma central de compras unificada para atender as unidades de Recife, Porto Alegre e Uberlândia, negociando grandes volumes para reduzir custos. Relatou que a tentativa de fornecimento com uma empresa do Rio Grande do Sul ultrapassou a capacidade operacional do fornecedor, exigindo a diversificação de marcas. Afirmou que as cadeiras de rodas são adquiridas exatamente pelo mesmo valor repassado pelo SUS, sem a cobertura dos custos indiretos de cadastramento e prescrição médica. O conselheiro André questionou se o município de Osasco não utiliza a Tabela SUS Paulista e se existem diferenças de valores em relação à tabela federal. Adriana respondeu que a Tabela SUS Paulista não contemplou os serviços de

reabilitação executados pela AACD. Explicou que a tabela estadual foi desenhada para socorrer hospitais filantrópicos e Santas Casas, abrangendo apenas serviços de oncologia, hemodiálise, cirurgias ortopédicas e alguns exames. A conselheira Giovana interveio reforçando que a medida visou salvar as Santas Casas e o setor de hemodiálise. Ela complementou que as tabelas SUS municipais exigem a regulação total de leitos via sistema CROSS para todo o estado. Adriana reiterou que a reabilitação e a dispensação de órteses, próteses e materiais especiais (OPM) não foram contempladas pela Tabela SUS Paulista. O conselheiro Toninho pontuou que a Tabela SUS sofreu um reajuste de 3,5% em dezembro de 2024, após ter ficado sem reajuste desde 2013, avaliando o percentual como insuficiente diante do trabalho prestado. Ele questionou se os outros 15 municípios da região possuem convênios próprios com a AACD ou se utilizam a estrutura do convênio de Osasco. Adriana respondeu que o convênio originário é federal com regulação estadual. A conselheira Suzete esclareceu que cabe ao Município de Osasco atuar unicamente como gestor do contrato e intermediador da prestação de contas, sem autonomia para alterar unilateralmente o instrumento, competindo-lhe apenas manter a pactuação ativa. O conselheiro Toninho sugeriu que o Conselho convide os outros 14 municípios atendidos para participarem das apresentações e conhecerem os dados de atendimento. A presidente Edna informou que o Conselho Municipal de Saúde de Osasco já realizou reunião nas dependências da AACD convidando conselhos da região da Rota dos Bandeirantes, porém poucos representantes compareceram. Acrescentou que aguarda resposta a um expediente enviado ao Conselho Estadual de Saúde e ao Governo do Estado. O conselheiro Toninho reforçou sua proposta para que a AACD ou o Conselho realizem interlocução direta com os conselhos vizinhos para engajar apoio político e captação de recursos. Adriana relatou a crise vivenciada na pandemia com a alta dos preços do aço e metal, inviabilizando temporariamente a dispensação de cadeiras de rodas e motivando reuniões entre a Secretaria de Saúde de Osasco e o prefeito para solicitar auxílio aos municípios vizinhos. A conselheira Suzete destacou que o atendimento a outros municípios atinge 40% da demanda total e criticou a postura omissa dos municípios vizinhos, que só se manifestaram quando a entrega de cadeiras foi suspensa, atribuindo indevidamente a responsabilidade a Osasco. Complementou que a unidade chegou a atender 35 municípios em 2023. Adriana explicou que pacientes atendidos antes do início da regulação em 2015 continuam recebendo assistência, citando casos em que usuários se cadastram com endereços de Osasco em unidades básicas de saúde e posteriormente revelam residência em outros municípios, como Santos. O conselheiro Toninho sugeriu a homologação dos cadastros de moradores de Osasco para sanar a divergência. A conselheira Jacksyara declarou que sua dúvida sobre o repasse dos 15 municípios foi esclarecida. A conselheira Suzete esclareceu o procedimento técnico referente ao ofício de aporte financeiro protocolado pela AACD, ressaltando que qualquer ampliação de recursos deve obrigatoriamente integrar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ela citou o exemplo do aditamento aprovado para a AMME no ano anterior e orientou a AACD a formalizar a renovação do contrato original para evitar a interrupção da assistência, promovendo eventuais aditamentos ao longo de sua execução. A conselheira Mara questionou se o Conselho pode realizar alguma medida para auxiliar na solução do não faturamento do segundo atendimento diário pelo SUS. A conselheira Suzete respondeu propondo a mobilização dos conselhos da região da Rota dos Bandeirantes para a elaboração e envio de um documento conjunto ao Ministério da Saúde solicitando a revisão da normativa do SIGTAP. Classificou como injusto, moroso e oneroso o deslocamento do paciente para um único atendimento diário. A conselheira Suzete acrescentou que a conselheira Giovana possui expertise técnica no sistema CGSI/SIGTAP para auxiliar na redação da minuta. Adriana colocou o ofício já protocolado pela AACD à disposição do colegiado para subsidiar a confecção do documento. A

conselheira Suzete destacou a posição de referência do Conselho Municipal de Saúde de Osasco na região e elogiou a condução da presidente Edna, salientando a autonomia do colegiado em contraste com a maioria dos municípios onde a presidência é exercida pelo próprio Secretário de Saúde. O conselheiro Toninho mencionou a suspensão do processo eleitoral no Conselho Municipal de Saúde de Cotia pela segunda vez. O conselheiro gestor Pedro, presente entre o público, fez uma observação sobre ter presenciado mães desembarcando de ônibus com crianças em cadeiras de rodas em frente à sede da AACD e questionou o funcionamento do serviço de transporte por ambulâncias. A conselheira Suzete e Adriana responderam que o transporte sanitário é gerenciado pelas secretarias de saúde de cada município, existindo também em Osasco a modalidade oferecida via Central de Vagas com os veículos adaptados do serviço CMO. A presidente Edna Brasil colocou em votação a renovação do convênio federal, que engloba os repasses das portarias de 2009 e 2023, e do convênio de subvenção. Após confirmação da abrangência dos repasses, a renovação dos convênios da AACD foi aprovada por **unanimidade**. Passamos para o **5º Ponto de pauta: Informes**. O conselheiro Toninho apresentou informe sobre a segurança nos próprios municipais e nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), relatando que o tema foi pautado pela maioria no sindicato para reforçar a cobrança por maior proteção. Citou o esfaqueamento de uma mulher na UBS Vasco Gama da Rocha e assalto recente na UBS Quitaúna, quando indivíduos entraram na unidade, roubaram celulares de pacientes e funcionários e saíram pela porta da frente. Relembrou ainda furtos e roubos de veículos de servidores e afirmou que a violência vem aumentando nas unidades de saúde. Avaliou que o monitoramento por câmeras é insuficiente, por registrar os crimes sem necessariamente impedir sua ocorrência. Questionou a ausência de vigilantes e argumentou que a prevenção poderia evitar prejuízos maiores com a reposição de equipamentos furtados. Ressaltou a gravidade das agressões contra trabalhadores e usuários e solicitou que constasse em ata a necessidade de cobrança por segurança nas unidades. Mencionou também o aumento das agressões contra profissionais da saúde e defendeu concurso público ou contratação terceirizada de empresa de segurança. O conselheiro Michel destacou que a segurança é tema recorrente nas visitas de fiscalização do Conselho. Informou que a maioria das unidades visitadas não possui câmeras externas e que apenas uma contava com vigia. O conselheiro Toninho observou que os vigias municipais realizam controle de acesso, mas atuam desarmados e sem preparo para conter grupos violentos. O conselheiro Michel mencionou ainda o recente roubo de cabos na unidade Santa Maria e defendeu planejamento estruturado para proteção de trabalhadores e pacientes. A conselheira Rejane informou que o CER2 possui câmeras municipais e monitoramento por empresa privada, sem registro de intercorrências. Relatou também visita técnica à AACD, realizada no dia anterior à festa junina, destacando a existência de ampla equipe de segurança, embora tenha ocorrido furto de materiais na véspera do evento. O conselheiro Toninho esclareceu que sua preocupação principal era com a segurança física das pessoas durante os atendimentos, ressaltando que furtos noturnos já são ocorrências frequentes. A conselheira Mara avaliou que o município enfrenta problema social agravado pelo aumento do número de dependentes químicos. Considerou que a presença isolada de um agente de segurança pode não impedir as ocorrências e defendeu os investimentos tecnológicos realizados pela Prefeitura, especialmente o botão de pânico. Relatou que, na UBS Padroeira, UBS Aliança e outras unidades, recepcionistas enfrentam agressões frequentes associadas ao estresse e ao sofrimento social da população. Avaliou que o monitoramento aliado ao botão de pânico pode contribuir para reduzir os riscos. A conselheira Suzete concordou quanto à gravidade da crise social e informou a existência de comitê de crise Inter secretarial que discute a violência nos serviços de saúde e educação, mencionando o elevado número de afastamentos de professores em razão de agressões. Informou que a contratação terceirizada para controle de acesso e

segurança está em estudo para o próximo ano. Esclareceu que, no caso da UBS Quitaúna, o invasor estava armado. Ressaltou que a presença de vigias não elimina totalmente os furtos, citando unidade em que houve ocorrência sem que o profissional percebesse. Informou que a GCM costuma atender aos chamados em período de 3 a 5 minutos e que seria inviável manter viaturas fixas em todas as unidades por limitação de recursos. Acrescentou que o comitê trabalha na implantação do botão de pânico e que as câmeras municipais possuem reconhecimento facial integrado aos sistemas Muralha e Smart Sampa, possibilitando a identificação e prisão dos responsáveis pelos furtos ocorridos no Quitaúna e no Santa Maria. Esclareceu ainda que, no episódio do Veloso, a vítima de esfaqueamento havia sido atacada na rua e entrou na unidade apenas para buscar socorro. O conselheiro Toninho reafirmou não ser contrário ao uso de tecnologia, mas considerou que ela não substitui a presença física de profissionais de segurança. Relatou episódio em que uma viatura da Guarda Municipal demorou mais de duas horas para atender a chamado em uma UBS. A presidente Edna criticou a ausência de medidas efetivas do Governo do Estado e a dispersão dos frequentadores da Cracolândia. Informou o recebimento de pedido de credenciamento do Instituto Inovação Social, entidade que atua na gestão de creches e atendimentos médicos e possui sala em Osasco. Avaliou que o pedido busca sua qualificação institucional e propôs visitas do Conselho às instalações do Instituto Inovação Social, do AMME e do GOAS, para subsidiar pautas futuras. A conselheira Suzete informou que o GOAS possui processo de renovação de convênio previsto entre outubro e novembro e que a entidade deverá provocar formalmente o Conselho para inclusão do tema em pauta. A presidente Edna Brasil solicitou maior participação dos conselheiros nas demandas diárias e orientou que os encaminhamentos de usuários sejam realizados exclusivamente pelo telefone corporativo. Tratou ainda da organização da próxima reunião ordinária, marcada para a quinta-feira seguinte, propondo a inversão da posição da mesa para melhorar a visualização do data-show e confirmando o envio das convocações por WhatsApp. A conselheira Suzete informou sobre a chegada de duas carretas do Ministério da Saúde a Osasco, vinculadas ao programa “Aqui Tem Especialistas”, com inauguração em 18 de setembro de 2026, início dos atendimentos em 19 de setembro e permanência de 45 dias no estacionamento da Prefeitura Municipal de Osasco. Detalhou que a primeira carreta será destinada à Oftalmologia, oferecendo consultas, exames de triagem, cirurgias de catarata, duas consultas pós-operatórias, exames de fundo de olho e mapeamento de retina, no âmbito da Oferta de Cuidados Integrados (OCI) do Governo Federal. Informou que o atendimento será voltado às cirurgias de catarata de pacientes de Osasco e região, não abrangendo retinopatia e glaucoma, e ocorrerá exclusivamente por agendamento de pacientes inscritos na fila de espera, sem demanda espontânea ou mutirão. A conselheira Mara questionou se seria produzido banner ou material informativo para divulgar as carretas à população. A conselheira Suzete esclareceu que, em razão do período eleitoral, há restrições à divulgação de propaganda oficial, uso de logomarcas governamentais e vinculação eleitoral do programa. Orientou que a comunicação com a população priorize a atualização dos números de telefone dos pacientes nas UBS e a adesão ao aplicativo “Saúde Mais Osasco”. Informou que serão disponibilizadas 600 vagas para cirurgias de catarata destinadas a Osasco, ficando o restante para a região, correspondente à cota de 40%. Detalhou que a segunda carreta será destinada à Saúde da Mulher, oferecendo consultas da Oferta de Cuidados Integrados (OCI), mamografia, ultrassom transvaginal, ultrassom pélvico, ultrassom mamário, colposcopia e biópsia de mama para usuárias da fila de espera. Reforçou a necessidade de atualização cadastral e ampliação da adesão ao aplicativo de saúde, que conta com aproximadamente 48 mil cadastros. Às onze horas, não havendo mais nada a tratar, a Presidente Edna Brasil agradeceu a participação de todos e declara encerrada a reunião. Eu,

Rejane da Costa Oliveira, redigi e lavrei a presente ata. Conselheiros titulares presentes na reunião.

- Andréa Costa de Souza Duarte
- André Castilho Ferreira
- Antônio Rodrigues dos Santos
- Gabriel Pavani Brandino
- Jacksyara de Souza Pauferro
- Fabiana Vercelli Grosso
- Michel Alencar Ferreira
- Maria Cristina Corredor Amaral
- Jucemara Maria Soares Evangelista
- Rejane da Costa Oliveira
- Fabiane Bonfim da Silva Pinheiro
- Giovanna Alessandra Segunda Cogo Rodrigues Andrade
- Suzete Souza Franco
- Edna Maria Brasil

- **Aprovar:** Ata da Reunião Ordinária n°366 de 17 de setembro de 2026.

ATA TRECENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OSASCO DO DIA DEZESSETE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. Ao décimo sétimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e dez minutos, na Sala do Conselho Municipal de Saúde, 480 Térreo – Osasco. A mesa foi presidida pela Presidente Edna Maria Brasil, que iniciou os trabalhos verificando o quórum, registrando as ausências justificadas das conselheiras Rejane e Mara, por motivos de saúde, sendo Giovana designada para secretariar os trabalhos da sessão. **1º Ponto de Pauta:** Apresentação da prestação de contas do 2º quadrimestre de 2026. **2º Ponto de Pauta:** Informes. Passamos para o **1º Ponto de Pauta:** Apresentação da prestação de contas do 2º quadrimestre de 2026, onde o coordenador Sátiro apresentou o balanço dos recursos aplicados na saúde e da produção executada pelos serviços nos oito primeiros meses do ano. Informou-se que os dados foram obtidos de sistemas oficiais e submetidos a processos de auditoria de dados e financeira, com participação do Conselho. No período, foram realizados mais de 28,9 milhões de procedimentos, registrou-se incremento de 2,83% na produção da rede de urgência e emergência e redução das internações hospitalares relacionadas a condições sensíveis à atenção primária. Quanto às receitas arrecadadas, informou-se que a previsão inicial de 1.2 bilhão de reais foi atualizada para 1.3 bilhão de reais, representando acréscimo de 73 milhões de reais. Em relação à aplicação de recursos em saúde, o mínimo legal informado foi de 15%, enquanto o município apresentou média de 26,07%, correspondente a 11,07% acima do mínimo estabelecido. O Índice de Execução Orçamentária passou de 51% no primeiro quadrimestre para 77,70% no segundo, na distribuição dos recursos por subfunção, a assistência hospitalar e ambulatorial representou quase 50% do total empenhado, a administração geral 34% e o suporte profilático e terapêutico 7%; informando que a folha de pagamento corresponde a aproximadamente 40% do orçamento anual. Na execução por unidade orçamentária, a administração indireta alcançou 93,67% de empenho, enquanto a administração direta se aproximou de 70%, ante média de aproximadamente 49% no primeiro quadrimestre. Informando que o Hospital Central Antônio Giglio concentrava o maior consumo entre os contratos da administração indireta, com mais de 90% de empenho, sendo a média geral empenhada no exercício de 78%. Pessoal e encargos foram apresentados